
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

SOBRE NARRATOLOGIA: ENTREVISTA COM CARLOS REIS

João Adalberto Campato Jr.
(UNICAMP,
UNIESP-Prudente,
Faculdade Ranchariense)

Carlos Reis, professor catedrático da Universidade de Coimbra, ex-professor convidado das Universidades de Hamburgo, Salamanca e Wisconsin-Madison, e ex-diretor da Biblioteca Nacional de Portugal, concedeu-nos, por e-mail, entrevista em que discutiu importantes conceitos de narratologia, ciência da qual é hoje, sem espaço para dúvidas, um dos maiores especialistas no mundo. Autor do *Dicionário de Teoria da Narrativa*¹ (São Paulo: Ática, 1988) — verdadeiro clássico dos estudos literários em língua portuguesa —, de *Técnicas de Análise Textual* (Coimbra: Almedina, 1976), de *O Conhecimento da Literatura* (Coimbra: Almedina, 1995) e de mais de uma dezena de obras, algumas das quais traduzidas para o inglês e para o espanhol, Reis, aliando didática e profundo conhecimento de causa, respondeu, ora de modo abreviado, ora de forma minuciosa, mas sempre com gentileza e precisão, a oito questões sobre o funcionamento da narrativa e sobre suas principais categorias. Desejamos agradecer vivamente a generosidade intelectual do professor Carlos Reis, que autorizou, sem pestanejar, a publicação do texto em *Terra Roxa*. As notas de rodapé, vale esclarecer, são de autoria exclusiva do realizador da entrevista.

1) Está bastante claro que um narrador autodiegético que narra, por exemplo, suas memórias situa-se no nível extradiegético. Suponhamos, contudo, um narrador autodiegético que não relate suas memórias, nem sua autobiografia. Estaria ainda ele no nível extradiegético? E o

¹ Em colaboração com Ana Cristina Macário Lopes, também professora da Universidade de Coimbra. Em Portugal, a referida obra intitula-se *Dicionário de Narratologia* (Almedina) e encontra-se, atualmente, na 7ª edição.

caso de um narrador autodiegético de uma narração simultânea? Seria também ele extradiegético? O que nos suscita dúvida é o prefixo "extra"? Se o narrador de uma narração simultânea interage com outras personagens, ocupa o mesmo espaço delas, como se pode falar que ele é "exterior" à diegese?

R: A questão é interessante mas julgo que mistura duas coisas diferentes. Começando pelo fim: o narrador de uma narração simultânea não interage com outras personagens. Em rigor, quem interage com personagens são outras personagens, no caso, alguém que foi personagem (no passado da história e ao nível diegético) e agora é narrador (no presente da narração e ao nível extradiegético). Por isso, alguns autores (Franz Stanzel², por exemplo) destringem o eu-narrador do eu-personagem e falam, a este propósito, em eu-dividido. Um narrador do nível diegético é aquele que, sendo personagem, por momentos (ou até por um tempo longo), suspende essa condição, transformando-se em narrador: por exemplo, Gonçalo Mendes Ramires n'*A Ilustre Casa de Ramires*. Mas se o nível narrativo em que ele está (e que, *só por si*, é diegético em relação à história em que ele é personagem) for ponderado em relação a essa outra história (ou seja: a novela "Torre de D. Ramires", por ele relatada e cujos factos³ e figuras estão em nível hipodiegético), então dizemos que, *como narrador de circunstância*, ele está num nível extradiegético. O caso da narração simultânea é singular: aí, se não estou em erro, por um artifício "retórico", sendo simultâneas as duas condições (a condição do narrador que narra e da personagem que vive), pode dizer-se, penso eu, que esse é um narrador diegético. Mas já não se coloca a questão relativamente a memórias ou a autobiografia, porque o estatuto semiodiscursivo destes gêneros narrativos implica o distanciamento (com todos os efeitos que isso arrasta: vejam-se as *Memórias póstumas de Brás Cubas*) entre o viver da personagem (outrora Brás Cubas) e o narrar do narrador (agora Brás Cubas defunto-autor)

2) Há algum problema em empregar o termo "espaço da narração" (pensando na terminologia de Genette⁴: história, discurso, narração)

² Cf. Franz Stanzel. *Narrative Situations in the Novel*. Bloomington/ London: Indiana University Press, 1971.

³ Respeitamos a grafia do entrevistado.

⁴ Gérard Genette desenvolve tais conceitos, sobretudo, em *Figures III* (Paris: Seuil, 1972. Tradução em português: *Discurso da Narrativa* 3.ed. Lisboa: Vega, 1995) e em *Nouveau Discours du Récit* (Paris: Seuil, 1983).

para denominar, por exemplo, o "além" de onde o defunto Brás Cubas relata suas memórias⁵?

R: Creio que a expressão é perfeitamente aceitável, sobretudo quando conhecemos alguma coisa, em concreto, desse espaço. Não será o caso de Brás Cubas, mas isso é relativamente secundário.

3) A focalização de um narrador homodiegético ou autodiegético é, no mínimo, sempre interna, ainda que possa ela alternar-se com a externa? Concorda o senhor com a posição do professor Vítor Manuel de Aguiar e Silva: "Nos romances de focalização homodiegética, e particularmente nos romances de focalização autodiegética (...), aparece logicamente uma focalização interna em relação ao próprio narrador"⁶? Genette deixa bem claro que a focalização interna, rigorosa e estritamente falando, é raras vezes aplicada; pois, para assim ser considerada, um narrador heterodiegético, por exemplo, não poderia, num excerto narrado em focalização interna, expressar o que faz e pensa uma personagem. Nesse sentido, gostaria de saber se o senhor aconselha classificar uma focalização como interna somente quando se apresenta em sua forma "pura".

R: Em meu entender, começa por ser discutível a expressão focalização homodiegética (e também, claro, focalização autodiegética). O que me parece evidente é que existe um regime de focalizações (interna, externa ou omnisciente) activado em situação narrativa de narrador homodiegético (e também, é claro, autodiegético) e um regime de focalizações (de novo: interna, externa ou omnisciente) em situação narrativa de narrador heterodiegético. O mais complexo aqui é o primeiro regime, mas ele pode clarificar-se de novo recorrendo-se à distinção eu-narrador/ eu-personagem. Nas *Memórias Póstumas*: em certos momentos do texto, não estará o narrador autodiegético colocado deliberadamente na situação de eu-personagem, vivendo o desenrolar da acção e *fingindo* que não sabe o que vem depois? Então aí, é natural que active uma focalização interna (com eventual e decorrente efeito de focalização externa); e noutros momentos (que julgo serem predominantes) não estará ele na sua posição privilegiada de eu-narrador, conhecendo toda a história, até mesmo a sua morte? Então aí a sua focalização será tendencialmente omnisciente. Digo *tendencialmente*, porque mesmo nessa situação não desaparece a desenvolva

⁵ Consideramos a pergunta de todo pertinente, pois o espaço é uma categoria da narrativa tratada, nos manuais especializados, exclusivamente nos limites da história ou da diegese.

⁶ Vítor Manuel de Aguiar e Silva. *Teoria da Literatura*. 8.ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 773.

subjectividade do narrador, com isso denotando uma certa limitação de ordem pessoal. Já a focalização omnisciente em situação de narrador heterodiegético permite "fingir" uma *radical* omnisciência. Como vê, tendo a "cruzar" a teoria de Genette (sobre as focalizações) com a de Stanzel (sobre as situações narrativas).

4) O tempo do discurso é, em tese, o tempo da leitura. Mas sabemos que sua medição é feita pela extensão do texto; prova disso são os signos da velocidade, que, de uma ou de outra forma, são definidos tomando por parâmetro a quantidade de linhas. Isso posto, não seria mais razoável dizer simplesmente que o tempo do discurso é medido por uma extensão, já que, na prática, parece ser isso que Genette e todos fazem? O senhor faria algum reparo à seguinte afirmação de Jaap Lintvelt: "O tempo do discurso é, no fundo, um pseudotempo, porque ele se identifica com o tempo da leitura, que só pode ser medido objetivamente pela extensão [*longueur*] do texto, quer dizer, pelo espaço textual"⁷? Segundo nosso entendimento, Genette assim chamou tal tempo não pelo fato de achar que ele pudesse ser apenas medido objetivamente pela extensão; mas, pelo contrário, porque sua leitura ou recitação é variável segundo as ocorrências⁸.

R: Concordo: com Lintvelt e com Genette.

5) Questões tais quais a ordem e até mesmo a velocidade não dizem respeito antes à relação entre narração e história e não entre história e discurso? Tratar, por exemplo, uma analepse num capítulo destinado ao discurso é algo cuja razão está no fato de os leitores apenas poderem tomar contato com uma narrativa por meio do discurso⁹ ?

R: Sem dúvida: é algo "cuja razão está no fato de os leitores apenas poderem tomar contato com uma narrativa por meio do discurso", mas isso não impede que seja o discurso a representar (como *significante*, digamos assim) uma certa reconstrução do tempo da história (como significado). A narração (enunciação) activa essa reconstrução - mas não se confunde com ela, na materialidade discursiva própria do discurso.

⁷ Jaap Lintvelt. *Essais de Typologie Narrative*. 2.ed. Paris: José Corti, 1989. p.52.

⁸ Cf. Gérard Genette. *Nouveau Discours du Récit*. Paris: Seuil, 1983. p.22

⁹ No *Dicionário de Teoria da Narrativa* (São Paulo: Ática, 1988), de Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, a analepse, à semelhança das outras anacronias, é tratada na seção denominada "Discurso".

6) A personagem Macunaíma, do romance homônimo de Mário de Andrade, é redonda; por sinal, é ela, freqüentemente, lembrada como símbolo do que não tem ainda caráter definido: ora é corajosa, ora é covarde; ora é esperta, ora extremamente ingênua; ora alegre, ora melancólica; desfaz num capítulo do livro o que fez no anterior; às vezes, cai em crises existenciais. No entanto, o que nos impede de considerá-la plana, já que poderíamos caracterizá-la por um único traço: a falta de caráter definido?

R: Mas "a falta de caráter definido" não é mais do que um grande significado deduzido de comportamentos complexos e contraditórios, cujo caráter inesperado dá à personagem essa condição de personagem redonda. Já o grande significado "formalismo oficial" do conselheiro Acácio advém dos comportamentos repetitivos e previsíveis de uma personagem plana.

7) O senhor salientou com clareza, no *Dicionário de Teoria da Narrativa*, que a focalização onisciente ativada por um narrador autodiegético difere em qualidade e em quantidade da focalização onisciente ativada por um narrador heterodiegético. Ocorre que li uma narrativa ulterior em que o narrador autodiegético era um "ser humano" normal, desprovido de qualquer característica excepcional, mas que relatava os pensamentos, por exemplo, que seu pai tivera no passado. Tais pensamentos, ao que tudo indica, não foram contados ao filho nem pelo pai nem por ninguém mais. Nesse caso, houve imperícia do escritor (entidade empírica) no tratamento da focalização?¹⁰

¹⁰ Infelizmente não nos lembramos do título do romance — nacional, registremos — em que notamos o possível problema. Ainda que posta em termos poucos concretos, nossa pergunta conserva sua importância. Isso porque a matéria é objeto de constante debate entre os teóricos da literatura. A título de ilustração, citemos Alfredo Leme Coelho de Carvalho, que, em *Foco Narrativo e Fluxo de Consciência* (São Paulo: Pioneira, 1981, p.27), tece o seguinte comentário: "É curioso que Wolfgang Kayser justifique, como faz, a incoerência narrativa encontrada em *Moby Dick*, em que o narrador, na primeira pessoa, mostra conhecimentos de coisas que jamais poderia ter sabido, tais como os pensamentos do Capitão Ahab, conversas secretas, e a catástrofe final. Entende ele que neste caso a figura do personagem-narrador é apenas uma máscara, que encobre uma realidade maior. Como já notamos alhures, esta justificativa não nos parece satisfatória. O leitor tem o direito de procurar na obra uma lógica interna que o satisfaça. O êxito do romance de Melville não deve ser tomado como sentença que peremptoriamente o absolve de seus defeitos".

R: Se estamos perante uma narrativa relativamente convencional (e não perante um relato experimental), então o conhecimento facultado pela focalização vai além daquilo que esse estatuto lhe permitiria. O que, ocorrendo pontualmente e não por sistema, corresponde ao conceito de paralepse. Mas pode tratar-se (e como diz) de imperícia do escritor – ou então, atribuição (que talvez devesse ser explicitada) à personagem de capacidade divinatória...

8) Em fins de conta, considerar que um narrador autodiegético — representado por um “ser humano” normal, escusaria dizer — pode ativar uma focalização onisciente não significa uma complicação dos conceitos em narratologia, uma vez que o vocábulo onisciência, já pela sua própria significação, apenas pode ser adotado em relação a determinados narradores heterodiegéticos?

R: Não diria complicação, mas antes singularidade. É verdade que associamos o termo onisciência a propriedades divinas, de transcendente conhecimento das coisas e das pessoas. Mas em regime homo e autodiegético, essa onisciência é por assim dizer (e mesmo que a expressão pareça estranha, neste contexto) relativizada à capacidade de conhecimento de uma personagem agora narrador, que sabe mais, muito mais, do que quando era simplesmente personagem. Trata-se de uma sabedoria experienciada e temporalmente sustentada - hoje sabemos mais do que ontem e no próximo ano mais do que neste e assim sucessivamente -, inculcado a quem narra a sua própria vida, aventuras e desventuras uma sabedoria peculiar. Parece excessivo chamar onisciência? Talvez. Então a questão é a de saber que termo substituiria este.